

PORCELANA CHINESA EM SALVADOR DA BAHIA (SÉCULOS XVI A XVIII)¹

CARLOS ETCHEVARNE Universidade Federal da Bahia
JOÃO PEDRO GOMES CEAUCP

RESUMO Escavações efetuadas na atual Praça da Sé permitiram a descoberta de um conjunto de material cerâmico cuja análise permite formular algumas considerações sobre o cotidiano da capital da colônia portuguesa do Brasil.

O espaço da Sé, local privilegiado de representação do poder religioso e de suas relações com a administração e a elite colonial, refletia e reproduzia a ordem social estamental estabelecida, à semelhança da metrópole, sendo, inclusive, a distribuição dos sepultamentos, encontrados nas áreas interna e externa da igreja, vestígios dessa estrutura hierárquica.

O adro da igreja, formado através da acumulação de resíduos urbanos, domésticos e construtivos, provenientes do casario envolvente foi igualmente escavado, possibilitando a coleta de um significativo grupo de porcelana chinesa, testemunho do consumo de determinados grupos sociais, seus gostos e tendências, no entanto, adaptados às condições específicas da sua situação como habitantes de colônia.

PALAVRAS-CHAVE Salvador da Bahia, séculos XVI-XVIII, porcelana chinesa

Durante as escavações arqueológicas realizadas na Praça da Sé de Salvador de Bahia, especialmente no adro da igreja, entre milhares de fragmentos de cerâmica comum e vidrada portuguesa, faiança portuguesa, espanhola, italiana e holandesa, foram recolhidos também 420 fragmentos de porcelana chinesa, cronologicamente enquadráveis entre meados do século XVI e meados do século XVIII.

Nesse universo restrito podem ser efetuadas algumas considerações derivadas do número absoluto, do percentual, do período e dos motivos decorativos. Assim, 73 fragmentos apresentam decoração azul sobre pasta branca e que, através de comparações e análise decorativa foram definidos como produções da dinastia Ming, maioritariamente dos reinados de *Jiajing* (1521-1566) e *Wanli* (1572-1620): 3 fragmentos são, seguramente, produções do reinado do imperador *Jiajing* e 35 de porcelana *Kraak*, produzida durante o reinado do imperador *Wanli*. Dos restantes 35 não foi ainda possível definir com maior precisão o período de produção, sendo que o tratamento decorativo de 13 fragmentos apontam para uma produção de finais da dinastia *Ming* ou posteriores a esta

Foram identificados 171 fragmentos cuja produção estará associada à instalação de uma nova dinastia no

território chinês: a dinastia *Qing*. 61 fragmentos apresentam características morfológicas e decorativas específicas: tratam-se de fragmentos de pasta grosseira, porosa, de tom cinza clara, com decoração a azul cinza de traço fino com preenchimento a agudas mais claras, produções normalmente associadas aos fornos de *Zhangzhou* e denominadas porcelanas *Swatow* ou “Zhangzhou ware” (Matos, 2002). Em Salvador, no Museu Náutico da Bahia, estão expostos alguns exemplares semelhantes aos recolhidos na Praça da Sé, provenientes da nau Nossa Senhora do Rosário e Santo André, naufragada na Bahia de Todos os Santos em 1737, vinda de Goa.

Por outro lado, 40 fragmentos ostentam pintura de composições florais a vermelho, azul e dourado características de produções da dinastia do imperador *Kangxi* (1661-1722), de inspiração nas gramáticas decorativas japonesas *imari* (idem). As que ostentam vidrado exterior de tons castanhos, aliado a apontamentos florais a azul e vermelho (21 fragmentos) foram identificados como produções do reinado de *Yongzheng* (1723-1735) e encontram correspondente também em fragmentos da nau Nossa Senhora do Rosário e Santo André.

De 48 fragmentos a informação macroscópica não foi suficiente para ter uma maior certeza cronológica da sua produção. Cabe registrar, ademais, os 163 fragmentos que, pelo seu diminuto tamanho ou pela

1. A inexistência de ilustrações das tipologias cerâmicas enunciadas neste artigo prende-se com a total perda do registo fotográfico destas e à impossibilidade, até à data de entrega, de proceder a novo registo.

impossibilidade de identificação da sua decoração, não foram datados.

No que respeita às formas passíveis de serem identificadas, sem reservas, 5 fragmentos são de tampas, 100 de pratos, 97 de tigelas ou taças e dos restantes 218 fragmentos não houve como inferir a morfologia.

O contexto urbano de onde estes fragmentos foram exumados, como explicitado atrás, leva a crer que estamos perante o resultado do descarte de habitantes cujos recursos permitiam adquirir peças de porcelana. Estas, tal como em Portugal e na Europa do século XVI, possuíam um valor social acrescido (Torres, 1994, p. 119) ao seu valor monetário, que não seria baixo: alguns inventários *post-mortem* da região de São Paulo do século XVII avaliam peças de porcelana chinesa num mínimo de 160 réis e um máximo de 480 réis (Brancante, 1981, p. 283) por peça. Desta forma, terão se constituído como peças de excelência e intencionalmente distintivas do poder económico, político e social dos seus possuidores.

Se para o espaço metropolitano não rareiam os exemplos (a nível documental) da posse e utilização de porcelana pelos altos segmentos da sociedade², para os territórios coloniais os exemplos são escassos: além das referências em inventários paulistas, conhecemos os comentários de Fernão Cardim, entre 1583 e 1590, na sua viagem ao Brasil acompanhando o padre Provincial Sebastião de Moraes, quando em visita a uma aldeia indígena são visitados por “uma Índia vestida como elas costumam, com uma porcelana da Índia, cheia de queijadinhos de açúcar, com um grande púcaro de água fria” (Cardim, 1997, p. 228) ou quando foram presenteados com um banquete por um sacerdote, onde foram “servidos de várias iguarias com todo bom serviço de porcelanas da Índia e prata” (Cardim, 1997, p. 232) ou pelo feitor de Garcia d’Ávila, “providos de tudo o necessário com toda a limpeza de porcelanas e prata” (Cardim, 1997, p. 239).

Associada a indivíduos de posses, os exemplos que aqui se apresentam para o último quartel do século XVI evidenciam a existência de vias de circulação de bens de luxo fora dos circuitos comerciais que ligavam os centros produtores de porcelana a Lisboa: até meados do século XVII, as escalas de embarcações, saídas de Goa, em Salvador, eram maioritariamente ilegais e clandestinas (Russel-Wood, 2001, p. 17), aportando apenas nesta cidade sob autorização real, como no caso da nau de António de Mello e Castro, Vice-rei da Índia, que aportou em Salvador em Dezembro de 1667

e só retomando viagem para Lisboa em Abril de 1668, por estar demasiado danificada. Seria nestas raras paragens de naus da Carreira da Índia na cidade que entrariam nos circuitos comerciais algumas quantidades de porcelanas.

Seria anos mais tarde, em 1672, que, através de uma provisão ratificada em 1692, se iria legalizar e intensificar a aportamento de embarcações da Carreira da Índia na capital do Estado do Brasil, permitindo um maior fluxo de mercadorias na cidade, cuja venda seria legalizada e regulada em 1734, através de uma resolução régia (Russel-Wood, 2001, p. 19).

Os factos que aqui apontamos dialogam com os dados recolhidos da análise dos fragmentos de porcelana: os 73 fragmentos de produções dos últimos reinados *Ming* comprovam a circulação restrita deste produto na sociedade colonial, ao contrário do que aconteceria com as produções de finais do século XVII e inícios do século XVIII, mais numerosas e com paralelos achados em contexto “comercial” na mesma cidade, como o da nau Nossa Senhora do Rosário e Santo André.

É necessário que se tomem estas correlações entre factos históricos e os achados com as devidas reservas: falamos de contextos arqueológicos remexidos e que, estratigraficamente, não garantem cronologias relativas aos vestígios recolhidos. No entanto, e como referido no início, a Praça da Sé se constitui, paradoxalmente, como um lugar de enterramentos e de descarte de lixos urbanos, estes resultantes dos quarteirões próximos onde habitavam famílias de médio e alto poder económico. Estudos incidindo sobre a faiança portuguesa recolhida durante as escavações demonstrou que, a par das proibições levantadas pela Câmara da cidade ao descarte de lixo nessa área, os fragmentos de faiança recolhidos estão relacionados, em maior número, com produções da primeira metade do século XVII, sendo que as produções da segunda metade são em muito menor número, apesar dos registos de envio mais ou menos regular de pequenas quantidades de faiança durante as décadas de 80 e 90 de seiscentos (Leão, 1999). Assim, as proibições teriam, de alguma forma, condicionado o descarte de lixo nesta área a partir de meados do século XVII, levando a crer que o número de fragmentos de porcelana recolhidos não sejam reveladores da verdadeira circulação destes bens no quotidiano da cidade, que iniciava o seu período de ouro nesta metade do século (Vasconcelos, 1997). São, ainda assim, reveladores de hábitos de consumo de produtos de luxo/ostentação, característicos da sociedade colonial brasílica, diretamente decalcada do modelo social metropolitano.

2. Lembre-se o caso de Frei Bartolomeu dos Mártires no jantar com o Papa Pio IV (Calado, 2003, p. 7) ou de D. Constantino, Vice-Rei da Índia e tio de D. Maria de Portugal, e seu banquete em honra desta (Bertini, 1995).

BIBLIOGRAFIA

BRANCANTE, E. (1981) – *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo. (S. n).

CARDIM, F. (1997) – *Tratados da terra e gente do Brasil*, transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

LEÃO, M. (1999) – *A cerâmica em Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia. Fundação Manuel Leão.

MATOS, M. A. P. (2002) – *A Casa das Porcelanas*. Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves. Lisboa. IPM.

RUSSELL-WOOD, A. (2001) – Prefácio. FRAGOSO, J. e BICALHO, M.F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.) – *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVII-XVIII)*, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

TORRES, J. V. – Da Repressão à Promoção Social, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, Outubro de 1994, p. 119.

VASCONCELOS, P. de A. (1997) – A 'Idade de Ouro' de Salvador. *Revista Território*. Rio de Janeiro. Revista do Laboratório de Gestão do Território – UFRJ, 1 (2).